

Guimarães

CONCELHO DE **GUIMARÃES**



A21
Eixo

AGENDAS 21 LOCAL
DO EIXO ATLÂNTICO



INTRODUÇÃO

AGENDA 21 LOCAL

A Agenda ou Programa 21, aprovado na Cimeira do Rio, em 1992, no seu capítulo 28 incentiva as autoridades locais a adoptar iniciativas visando o desenvolvimento sustentável.

Nas suas bases de acção, declara-se neste documento que “muitos dos problemas e das soluções de que se ocupa a Agenda 21 se relacionam com as actividades locais, a participação e a cooperação das autoridades locais, o que constitui um factor determinante para o logro dos objectivos do Programa”.

O processo político implícito na Agenda 21 Local, com a implicação dos múltiplos agentes sociais, económicos e institucionais, foi concebido como o elemento de superação das dificuldades e incoerências inerentes ao modelo de crescimento urbano actual. O êxito passa por estabelecer uma dialéctica real entre os agentes da cidade para superar as contradições do modelo de crescimento urbano.

Neste contexto, surge a iniciativa da rede de cidades que integram o “Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular”. Nesta iniciativa encontram-se, entre outros, os maiores núcleos de população da Galiza e Norte de Portugal representados na figura 1: Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real, no Norte de Portugal, e A Coruña, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Santiago de Compostela e Vigo, na Galiza.

Guimarães, em parceria com os outros municípios que integram o Eixo Atlântico, decidiu desenvolver esforços para a elaboração da Auditoria Urbana no âmbito da Agenda 21 Local que se assume como um instrumento de gestão e planeamento para o desenvolvimento sustentável local.

Tal só é possível com a participação das entidades locais, e cidadãos em geral, organizando-se como gestores ambientais no seu âmbito de actuação. Estas directivas, que são uma consequência da Conferência ECO'92 do Rio de Janeiro,

resultaram na afirmação da nossa responsabilidade em matéria de ambiente, tanto perante aos nossos próprios cidadãos como perante o mundo.

Sem perder o carácter particular de cada processo, surge aqui a possibilidade de aproveitar sinergias comuns, a maior visibilidade para cada uma das partes, pelo maior atractivo mediático de um processo de tal envergadura, e a possibilidade de configurar um capital social que crie espaços de representação comuns.



FIGURA 1 - CAMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

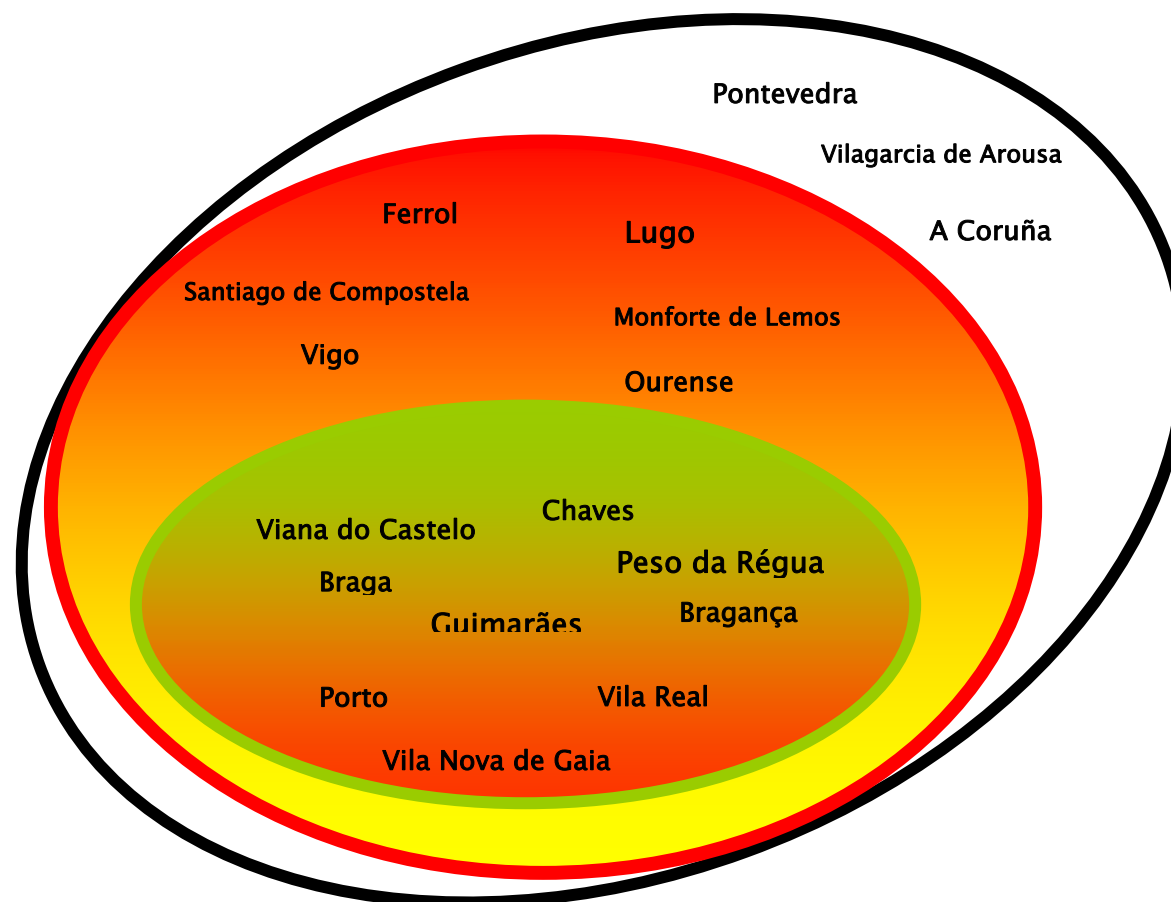


FIGURA 2 - CONCELHOS QUE INTEGRAM O "EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR"

AS FASES DO PROJECTO

O projecto está dividido em três fases esquematizadas no diagrama 1. A primeira fase consiste na elaboração de um **Diagnóstico Técnico** que toma em linha de conta, entre outras informações, os resultados do Fórum de **Participação Pública**. Com base no diagnóstico é elaborado um **Plano de Acção** e por último um **Plano de Seguimento**.

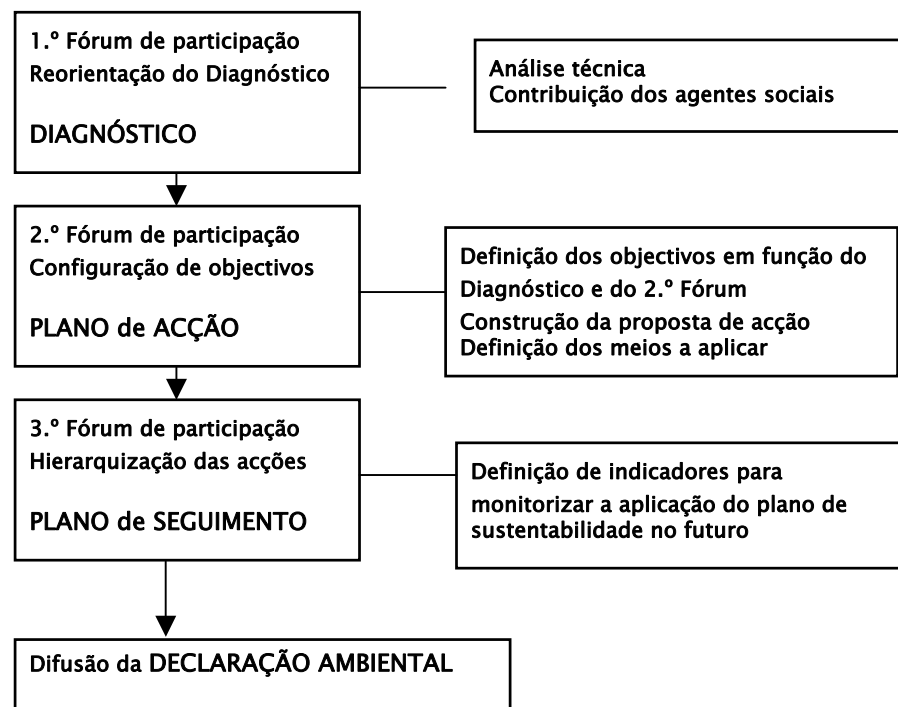


Diagrama 1 – fases do projecto

A **Participação Pública** constitui, através da realização dos fóruns de sustentabilidade, o elemento transversal mais importante deste projecto. O fórum organizado no município de Guimarães pretende constituir um espaço privilegiado de discussão e reflexão sobre as necessidades do desenvolvimento sustentável, incentivando a participação activa dos cidadãos.

O **Diagnóstico Técnico**, resulta num instrumento de debate, para detectar e conhecer em profundidade os principais problemas existentes no concelho.

A seguinte fase consiste na elaboração do **Plano de Acção**, o documento-base da Agenda 21 Local, que sintetiza e orienta as políticas e programas de actuação municipal e aquelas empreendidas em rede no Eixo Atlântico. Uma vez identificadas as dinâmicas insustentáveis e as suas causas, seguem-se as etapas de formulação de objectivos a partir do Diagnóstico, da definição das linhas estratégicas em função dos objectivos e do estabelecimento dos programas de actuação; definição dos projectos.

Por último, é necessário estabelecer um mecanismo de controlo das acções acordadas no plano de acção, isto, é, um **Plano de Seguimento**. Paralelamente a estas três fases fundamentais do Projecto A21, desenvolvem-se outras actividades, com o objectivo de complementar as ambições deste projecto: Ao nível da comunicação e sensibilização ambiental, partindo do princípio que a divulgação do projecto é imprescindível para alcançar toda a população local, foram preparados Boletins Ambientais com periodicidade mensal, distribuídos electronicamente sob subscrição (www.eixo21.com/boletin_listado.asp); produziram-se trípticos informativos e distribuíram-se cartazes em todos os concelhos; promoveu-se uma campanha escolar para alertar os mais novos sobre a problemática ambiental (distribuiu-se nas escolas um guia didáctico, uma banda desenhada e um horário escolar), entre outros pontos.

O projecto pressupõe ainda a possibilidade dos municípios do Eixo Atlântico aderirem, individualmente, ao sistema de Indicadores Comuns Europeus (cálculo dos 10 indicadores de sustentabilidade para cada uma das cidades implicadas) integrado na Campanha Europeia de Cidades Sustentáveis



FIGURA 3 - GUIMARÃES

OS CRITÉRIOS DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Os actuais modelos e estratégias para a manutenção e desenvolvimento das cidades está na base de uma grande parte dos problemas (ambientais, económicos e sociais) à escala planetária. Contudo também é verdade que só dentro das cidades se pode dar conteúdo a um modelo que se dirija, decididamente, para um desenvolvimento mais sustentável.

A satisfação da procura gerada nas cidades representa um crescente fluxo de recursos em forma de matérias-primas, água e energia, que se extraem do meio, constituindo o sistema de suporte. A crescente procura dos recursos, concentrada fundamentalmente nos âmbitos urbanos, ao exceder a capacidade de reposição dos sistemas de suporte, tem como consequência a progressiva degradação dos ecossistemas.

Em resumo, se por um lado a cidade necessita de explorar os seus sistemas de suporte para satisfazer a procura de recursos, por outro, o tamanho e consequente impacto dessa exploração está dependente dos modelos de gestão urbana e hábitos que sejam adoptados. E, de facto, os problemas aparecem quando a estratégia de “fazer cidade” se baseia, quase exclusivamente, no consumo ilimitado de recursos (bens, energia, água, solo...). Esta estratégia tem-se demonstrado claramente insustentável.

As bases que deverão regular a transição para um modelo urbano mais estável, sustentável e renovável podem resumir-se nos seguintes princípios ou vectores fundamentais:

O primeiro princípio é a Compactação do Território, que define uma cidade controlada e alicerçada na sua expansão, onde o espaço público tem um papel primordial. Na cidade compacta o equilíbrio entre o edificado e o espaço público possibilita a relação, o contacto.

Encontra-se a massa crítica para dispor dum transporte público eficiente ou para pensar no subsolo como solução para as disfunções que acontecem na superfície. Este modelo de cidade é mais eficiente numa perspectiva energética que o modelo de cidade difusa associado à dispersão suburbana. Uma maior compactação exige, entre outras medidas, a conservação dos espaços agrícolas e os de elevado valor ecológico que ainda sobrevivem ao redor da trama urbana, evitando a sua degradação por uma urbanização incontrolada de baixa densidade; a reabilitação do espaço construído e deteriorado, que implica a conservação dos centros históricos e a regeneração dos bairros degradados como opção preferencial à urbanização de novos espaços e uma maior qualidade do espaço urbano. Uma cidade compacta resulta mais eficiente ao favorecer a proximidade e a acessibilidade, reduzindo as necessidades de transporte. Por outro lado, diminui o consumo de solo e os múltiplos impactes associados ao mesmo: destruição dos espaços naturais e agrícolas, impermeabilização do solo, modificação das dinâmicas hídricas, etc..

O princípio da compactação, com conseqüente inversão da tendência da difusão suburbana, só é viável se a alternativa é um meio urbano de qualidade, vital, complexo e diverso. Isto conduz ao segundo princípio, a **Complexidade**. Uma cidade mais complexa é aquela que possui um meio urbano caracterizado pela vitalidade, pela diversidade de actividades, serviços e lazer repartidos equilibradamente na trama urbana. Uma maior complexidade tem diversas vantagens, entre as quais se destaca uma maior eficiência energética ao incrementar as sinergias económicas e uma menor mobilidade ao melhorar a acessibilidade a serviços e actividades múltiplas; um aumento da qualidade urbana ao pacificar o espaço, reduzindo as necessidades de transporte. As conseqüências de uma melhoria das acessibilidades sobre a qualidade do espaço urbano são

inquestionáveis: incremento do espaço disponível para os peões, redução do ruído e da contaminação atmosférica, menor consumo de recursos energéticos, etc.. Uma maior segregação e monofuncionalidade dos espaços (residência, ócio, trabalho, comércio, etc.) é simples, embora mais insustentável. Os espaços multifuncionais são complexos, mas menos custosos ambientalmente e socialmente mais ricos.



FIGURA 4 - CENTRO HISTÓRICO DE GUMARÃES

O terceiro princípio gira em torno da **Eficiência** do metabolismo urbano. As entradas em forma de energia e materiais necessários para o funcionamento do sistema urbano originam resíduos, a que se deverá dar destino final.

Um factor característico das nossas cidades é basearem-se na falsa crença que os recursos são ilimitados, encontrando-se aí a natureza ineficiente do seu metabolismo. De facto a cidade necessita cada vez mais de recursos para manter a sua organização e produz cada vez mais resíduos que são eliminados e não reconduzidos a um novo ciclo de consumo. Esta tendência afasta cada vez mais as cidades dos ciclos fechados que caracterizam os ecossistemas biológicos, contribuindo para aumentar o seu desequilíbrio com os sistemas de suporte. A aproximação à auto-suficiência aparece como um critério básico no planeamento.

O quarto princípio baseia-se na **Estabilidade ou Coesão Social**. Este princípio atende a complexidade como factor social e cultural, essenciais para a manutenção do equilíbrio e da paz social. Os processos de segregação social operam na direcção oposta ao da sustentabilidade, contribuindo para a degradação do espaço urbano como âmbito de convivência e potenciando os processos de segregação espacial que impulsionam a sub-urbanização na cidade difusa. O desequilíbrio dos rendimentos e a sua segregação no espaço ou o progressivo envelhecimento da população são factores que se repercutem negativamente no modelo de cidade coesa socialmente.

O processo social e político implícito na Agenda 21 Local, com a implicação de múltiplos agentes sociais, económicos e institucionais, tem sido concebido como o elemento de superação das dificuldades e incoerências inerentes ao modelo de crescimento urbano actual. Os êxitos alcançados neste processo são sempre relativos e dependem da capacidade dos agentes locais de alcançar consensos estratégicos em torno das possibilidades de construção de um modelo de cidade mais estável e sustentável.

A PARTICIPAÇÃO

A metodologia de participação teve por objectivo principal criar espaços de reflexão e debate sobre o desenvolvimento sustentável dos concelhos, identificar interesses e prioridades existentes, captar os conhecimentos de todos os participantes sobre a realidade dos seus municípios e promover a convergência em torno dos principais factores de carácter estratégico.



FIGURA 5 - IMAGENS DO PROCESSO DE SELECÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO CONCELHO

Procurou-se então identificar os principais desafios ao desenvolvimento sustentável actualmente existentes em Guimarães e obter uma visão sobre as características do futuro desejado, assim como sobre a qualidade de vida dos seus cidadãos no futuro. A situação vivida actualmente e o cenário desejado para o futuro, a médio e longo prazo, oferecem dois importantes elementos de referência para orientar o percurso do desenvolvimento sustentável do concelho de Guimarães. Ajuda também a focar nos assuntos de importância estratégica.

A realização do Diagnóstico Técnico da situação de Guimarães encontra assim, no resultado do Fórum realizado em Março de 2004, uma orientação muito importante, no sentido de focar o trabalho de caracterização e análise sobre os assuntos que efectivamente são mais relevantes e de carácter eminentemente estratégico para o desenvolvimento sustentável local. O processo participativo dos actores locais nos Fóruns de Sustentabilidade legitima as opções de aprofundar o Diagnóstico Técnico nos assuntos aí considerados como sendo os mais relevantes.

Foram convidados a participar no Fórum de Sustentabilidade cerca de 60 actores locais, nomeadamente representantes de Associações Locais, Empresários, Técnicos da Administração Central e Local, Autarcas, Jornalistas, Organizações não Governamentais e Cidadãos líderes de opinião.

Os principais desafios identificados no concelho de Guimarães, resultantes do tratamento e análise dos questionários realizados aos membros do Comité Técnico Interdepartamental e a todos os Vereadores com e sem pelouro, foram:

- Ordenamento do Território e Requalificação do Tecido Urbano;
- Tecido Produtivo mais Robusto e Diversificado
- Saneamento e Equipamentos Básicos para todos (ex. Equipamentos Sociais);

- Requalificar os Recursos Humanos (Ensino, Formação Profissional, Novas Capacidades);
- Acessibilidades, Trânsito e Transportes Públicos;
- Maior Consciência Ambiental e Cívica (Educação Ambiental Integrada);
- Ordenar o Tecido Industrial e torná-lo amigo do Ambiente.

Após a apresentação destes desafios foi aberta a discussão tendo os participantes sido convidados a sugerir outros desafios em complemento dos acima referidos. Todas as sugestões foram adicionadas aos anteriormente apresentados ou conduziram a ligeiros ajustamentos na formulação dos desafios previamente enunciados.

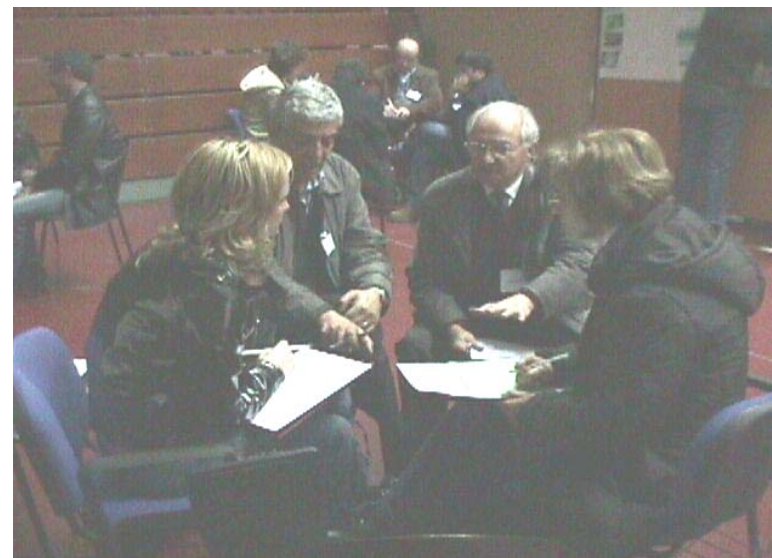


FIGURA 6 - IMAGENS DO PROCESSO DE SELECÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO CONCELHO.

Depois de algum debate procedeu-se a uma votação para atribuição do grau de relevância e hierarquização dos desafios identificados. Os resultados finais encontram-se sintetizados na Tabela 1 por ordem de prioridade.

Apraz registar a elevada satisfação dos participantes, que de forma anónima expressaram as suas opiniões, contribuindo deste modo para validar de forma inequívoca a metodologia de participação adoptada e para a elaboração deste Diagnóstico Técnico.

TABELA 1 - PRINCIPAIS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO NO CONCELHO DE GUIMARÃES

HIERARQUIA FINAL DOS PRINCIPAIS DESAFIOS	Votos				TOTAL
	C	P	T	E	
Saneamento e Equipamentos Básicos para todos (ex. Equipamentos Sociais)	4	27	11	2	44
Ordenamento do Território e Requalificação do Tecido Urbano	4	23	12	0	39
Requalificar os Recursos Humanos (ensino, formação profissional, novas Capacidades)	3	16	16	2	37
Maior Consciência Ambiental e Cívica (Educação Ambiental Integrada)	3	14	13	0	30
Tecido Produtivo mais Robusto e Diversificado	2	15	7	4	28
Focos de Poluição	2	11	2	0	15
Reordenamento e Organização Agrícola e Florestal	2	5	3	0	10
Equipamentos Culturais	2	3	4	0	9
Acessibilidades, Trânsito e Transportes Públicos	1	5	2	0	8
Equipamentos de Apoio à Inovação	0	5	1	0	6
Habitação de Qualidade Acessível	0	5	0	0	5
Ordenar o Tecido Industrial e torná-lo amigo do Ambiente.	0	0	1	0	1

LEGENDA: C – CIDADÃOS; P – POLÍTICOS; T – TÉCNICOS; E – EMPRESÁRIOS

SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO

No âmbito do Inquérito de Percepção realizado para o Projecto Agenda 21 Local do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a população de Guimarães mostra-se genericamente “Bastante Satisfeita” com o concelho como local eleito para viver, como se pode verificar no Quadro 1, sem variações dignas de registo quando analisado em termos de idade, sexo ou nível de escolaridade.

Mas se olharmos para os indicadores considerados neste inquérito na sua totalidade, verificamos que são valorizados maioritariamente de uma forma positiva (Muito e Bastante Satisfeitos) aspectos como o funcionamento do sistema de abastecimento de água e o funcionamento do sistema de recolha de resíduos, seguindo-se a qualidade do ar, do espaço construído e do comércio local. Por outro lado, são tomados como aspectos negativos (Pouco e Nada Satisfeitos) a quantidade e qualidade dos serviços sociais e de saúde pública e as oportunidades, seguindo-se as questões de participação e a facilidade de aceder a uma habitação.

TABELA 1 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO GERAL RELATIVAMENTE AO CONCELHO COMO LUGAR PARA VIVER

Nível de satisfação geral com Guimarães como lugar para viver	
Muito Satisfeito	25,8%
Bastante Satisfeito	45,9%
Pouco Satisfeito	24,2%
Nada Satisfeito	2,2%
Ns/Nc	1,8%

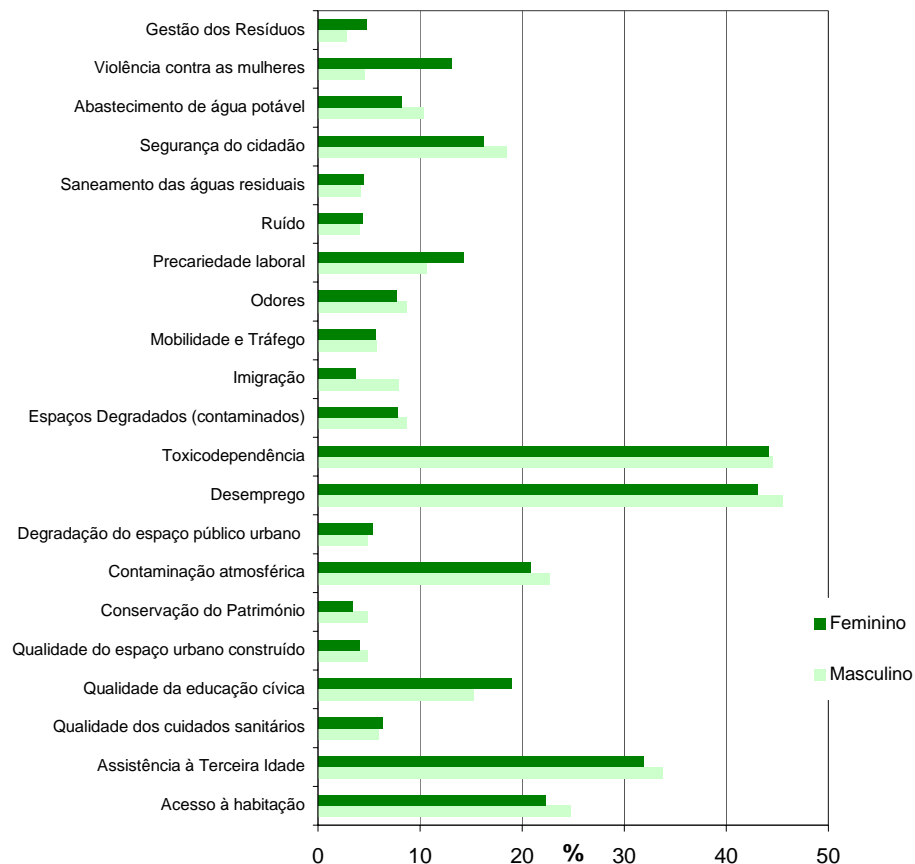
Percentagens verticais

Fonte: Inquérito de percepção de Qualidade de Vida, Instituto Sondaxe, 2004

Expectativas da População

Em relação às expectativas da cidade para os próximos 20 anos, o desemprego, a toxicodependência, a assistência à terceira idade, o acesso à habitação e a contaminação atmosférica assumem o topo da lista de preocupações. Apesar de constituírem preocupações genericamente globais quando aplicadas a todas as idades, sexos e grau de escolaridade, é entre os mais jovens que o desemprego mais preocupa. A problema da toxicodependência é mais marcante junto aos jovens e sobretudo aqueles com ainda pouca escolaridade. A questão da assistência à terceira idade toca naturalmente às pessoas nas faixas etárias mais avançadas dos 55-64 ou mais de 65 anos, afectando sobretudo as pessoas sem estudos ou com o ensino primário.

A população de Guimarães encontra-se tranquila em relação a questões como a gestão de resíduos, o saneamento das águas residuais, a conservação do património histórico e artístico, a qualidade do espaço urbano construído ou o ruído, que surgem no fim desta lista de problemas esperados para daqui a 20 anos.



* Percentagens verticais

Fonte: Inquérito de Percepção, Instituto Sondaxe, 2004

GRÁFICO 2 - PROBLEMAS ESPERADOS PELA POPULAÇÃO DE GUIMARÃES NOS PRÓXIMOS 20 ANOS (2004-2024)